

10TH CONFERENCE OF THE EUROPEAN SOCIOLOGICAL ASSOCIATION
September, 2011

SOCIAL RELATIONS IN TURBULENT TIMES
RN04 [Sociology of Children and Childhood](#)

Theme 7 - Theoretical and methodological issues in researching childhood and children's lives

Questões conceptuais, metodológicas e éticas na investigação com crianças em Portugal

Natália Fernandes

Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal – natfs@ie.uminho.pt

Catarina Tomás

Escola Superior de Educação de Lisboa e CICS, Universidade do Minho, Portugal - catarinatomas@gmail.com

Resumo:

Nas últimas décadas, as questões metodológicas na pesquisa com crianças têm suscitado um crescente interesse pela Sociologia da Infância. Em Portugal, este interesse é mais recente, mas teve um aumento significativo. Considerando várias pesquisas, nomeadamente, teses de mestrado, supervisionadas pelas autoras no âmbito da Sociologia da Infância, este texto pretende mapear e analisar algumas complexidades metodológicas na pesquisa com crianças em Portugal, quando consideramos a sua voz e agência no conhecimento produzido sobre elas.

O objectivo deste trabalho é contribuir para a discussão metodológica na investigação com crianças através da identificação de um conjunto de desafios relacionados com: (i) a diversidade de metodologias utilizadas na investigação com crianças, (ii) as questões éticas e (iii) o papel do investigador.

Palavras-chave: Complexidades éticas e metodológicas; Sociologia da Infância; Investigação em Portugal.

Introdução

Na investigação sobre a infância e as crianças assistiu-se, nas últimas décadas, a um movimento de ruptura epistemológica e metodológica com a tradição positivista, que considera as crianças enquanto objectos da investigação, impõe o método quantitativo e o seu ideal de objectividade, neutralidade e convenciona uma relação vertical entre investigador e investigados. Este movimento contra hegemónico tem encontrado na sociologia da infância e nos *child studies* os fundamentos de um novo paradigma e novos caminhos na investigação com as crianças. Destacamos o pressuposto de que as crianças devem ser consideradas sujeitos e participantes da investigação, considerando, desta forma, as suas opiniões, experiências e perspectivas.

Outro pressuposto importante e que tem conquistado uma maior visibilidade na academia é a dimensão ética na investigação com crianças. Não se trata apenas de um esforço académico, assume, também, uma dimensão social e global, uma vez que desde Convenção dos Direitos da Criança (1989), que Portugal ratificou em 1990, e especificamente através do disposto nos seus artigos 12 e 13¹, se defende a participação das crianças. Como afirma Kjørholt “este é um tema complexo, o que implica não só a identificação de objectivos significativos a serem pesquisados dentro da faixa de análise de crianças e a infância em um mundo global, mas também escolhas a serem feitas relacionadas com as perspectivas teóricas, bem como com as abordagens metodológicas” (2005:1) “.

Na academia são, também, vários os autores (Alderson, 1995, 2000; Thomas and O’Kane, 1998; Alderson & Morrow, 2003, 2011; Christensen, 2002; Christensen & Prout, 2002; Laws e Mann, 2004; Cocks, 2006) que têm trabalhado as questões da investigação com crianças, atribuindo-lhes um papel importante na caracterização dos seus mundos de vida, assumindo, desta forma, um lugar importante na teorização social sobre a infância.

Identificam alguns princípios que ajudam o investigador-adulto no trabalho de investigação com crianças, nomeadamente a consideração da criança enquanto agente social

¹ Artº 12.”1. Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade” e o artigo 13: “A criança tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir ideias e informações de toda a espécie, sem considerações de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança”.

competente; como produtora de cultura própria, com formas de interpretar o mundo, de agir e de pensar e de sentir; capaz de discursar acerca da sua acção e de a representar de diferentes formas (as linguagens múltiplas das crianças); que é estudada pelo que já que é e pelo que já sabe fazer e não por aquilo que ainda não é ou ainda não faz.

Sobre este assunto Gallacher & Gallagher (2008) defendem que são significativos os argumentos políticos e éticos que sustentam o direito das crianças participarem na investigação, relacionando-se com argumentos acerca de vantagens epistemológicas, como por exemplo, o facto de desta forma se produzir conhecimento mais significativo; de ser possível aceder e valorizar saberes anteriormente negligenciados, permitindo uma compreensão melhor dos fenómenos sociais complexos (Kesby, 2000); e, ainda, de produzir conhecimento mais autêntico acerca das realidades subjectivas das crianças.

Os mesmos autores rematam a ideia afirmando que “a identidade produz conhecimento. De acordo com esta premissa as pessoas que têm uma determinada identidade estão em melhor posição para produzir conhecimento acerca de outros com uma identidade semelhante.” (idem: 4), sendo, então, inquestionável que as crianças, sendo experts dos seus mundos sociais e culturais, têm mais possibilidades de ajudar os adultos a compreenderem os significados que atribuem às suas acções, relações, sentimentos, etc.

Em Portugal, este movimento assumiu uma significativa dinâmica nas últimas duas décadas, tendo sido a partir dos contributos da sociologia da infância que assistimos a uma crescente e renovada preocupação relativa às questões metodológicas, éticas e epistemológicas na investigação com crianças (Ferreira, 2002; Soares *et al.* 2005; Soares, 2006; Ferreira e Sarmiento, 2008; Tomás, 2007, 2008; Sarmiento, 2008; Fernandes, 2009).

Este percurso tem sido sustentado com um considerável volume de trabalhos de investigação desenvolvidos no âmbito de mestrados e doutoramentos, que de uma forma geral têm incidido o seu foco na produção de conhecimento acerca das especificidades das crianças, das suas competências no desenvolvimento de dinâmicas de investigação com e sobre elas.

Este esforço tem exigido o questionamento e reflexão acerca dos modos de compreensão e apreensão que as crianças fazem do mundo, que sendo distintos dos adultos, exigem da parte os investigadores adultos uma significativa imaginação metodológica e um processo reflexivo, permanente e cauteloso.

Neste percurso têm, também, sido levantadas algumas questões teórico-metodológicas que colocam à investigação com crianças uma acentuada complexidade e que

se relacionam, por exemplo, com a natureza enigmática da criança ou a sua estranheza familiar.

Se por um lado, todos pensamos saber o que é ser criança, quando nos envolvemos em processos de investigação com ela, confrontamo-nos com perplexidades acerca das suas competências, leituras do real, modos de ser que nos devolvem a ideia de que as nossas ideias acerca das crianças não podem ser planas nem lineares, porque os mundos da infância são complexos e plurais; não podem ser herméticas e standardizadas, porque as características cognitivas, sociais, culturais e emocionais das crianças são diversas e heterogéneas; não podem ser, em síntese, assumidas como adquiridas, exigindo uma constante prudência metodológica de forma a adequar os processos de investigação às crianças, aos seus contextos e ao investigador. Na nossa opinião, é imprescindível fugir de falsas linearidades, enfatizando e enfrentando as complexidades das relações entre todos os actores envolvidos no processo de investigação, devendo ser considerada como “um campo aberto à experiência” (Pais, 2008: 242) e um processo de reflexividade permanente. Conscientes destas potencialidades e constrangimentos propomos ampliar um pouco esta reflexão a partir da análise de doze teses de mestrado orientadas pelas autoras entre 2008 e 2011, a partir de três eixos de análise: a diversidade de metodologias utilizadas na pesquisa com crianças; as questões éticas que se levantam com as pesquisas; e, finalmente o papel de adultos e crianças no processo investigativo.

Nota metodológica

Para concretizar o objectivo a que nos propusemos, optámos por seleccionar dissertações de mestrado orientadas pelas autoras entre 2008 e 2011. Considerou-se que esta escolha possibilitaria caracterizar processos de investigação, centrando-se nos três eixos de análise considerados. De igual modo, pensamos que desta forma será possível criar um corpo de dimensões e indicadores de análise das teses que estimulem uma reflexão sobre o conhecimento produzido sobre e com as crianças.

Não é objectivo nem se entende como desejável elaborar uma teoria geral que dê conta, de forma geral, de todas as metodologias utilizadas e estratégias assumidas na investigação com crianças. Considera-se, apenas, necessário a criação de condições que permitam detectar o que há de comum e de diferente entre os diferentes temas, metodologias e estratégias éticas adoptadas nas dissertações de mestrado analisadas para, assim, identificar os pontos e modos de articulação entre elas, sem que cada uma perca a sua especificidade.

Boyden e Ennew (1997) referem que numa investigação que encare a participação das crianças, os princípios éticos que a influenciam, não devem estar previamente estabelecidos, mas considerados num processo contínuo de construção, atendendo às características das crianças. É precisamente o que faremos de seguida, identificar os temas, os contextos e as características das crianças (idade)² nas teses analisadas, conforme podemos observar no seguinte quadro.

Quadro 1
Temas, Contextos e Crianças (idade)

| Temas | Contextos | Idade das crianças |
|---|------------------------------|--------------------|
| Infância e deficiência (3 teses) | Escola pública | 6-13 |
| | Escola pública | 11-14 |
| | Centro de Reabilitação | 7-12 |
| Infância e aprendizagem | Escola pública | 14 |
| Infância e direitos ambientais | Escola pública | 11 |
| Infância e participação | ATL | 6-11 |
| Infância, protecção e participação | CPCJ | 7-11 |
| Infância e relações entre pares | Jl | 3-5 |
| Infância e direito à família | Jl | 3-6 |
| Infância, institucionalização e direito à família | Lar de infância e juventude | 4-10 |
| Infância em contextos de exclusão | Escola pública/bairro social | 9-15 |
| Infância e media | Jl | 3-5 |

N=12

Uma breve caracterização das crianças com quem foram desenvolvidas as investigações indica que há uma grande heterogeneidade em termos de idade que vão desde os 3 anos até aos 15 anos. A maioria das investigações foi realizada em escolas públicas. Será importante realçar o facto de que grande parte dos investigadores serem professores que desenvolveram o trabalho de investigação nos seus locais de trabalho, o que, como veremos mais adiante, lhes colocou alguns desafios éticos e metodológicos.

A diversidade de metodologias de investigação com crianças

No início deste novo século continuamos a assistir ao predomínio de concepções epistemológicas que rasuram as interpretações das crianças, no conhecimento construído

²Neste trabalho, consideramos apenas a idade a variável, embora saibamos que é manifestamente insuficiente para caracterizar os indivíduos em questão.

acerca delas. Esta orientação *mainstream* considera as estratégias de investigação experimentais ou quasi-experimentais, a utilização orientações hipotético-dedutivas, que conduzem à “laboratorização” dos mundos de vida das crianças e à sua transformação em cobaias, ou a simples referenciação em levantamentos estatísticos conduzidos sob parâmetros que resultam das hipóteses de trabalho dos cientistas e que fazem a economia das interpretações dos actores sociais (Soares *et al.*, 2006).

Não obstante, este caminho tem sido interrompido por outras visões sobre a forma de estudar as crianças, nomeadamente a rejeição por parte da sociologia da infância de uma concepção passiva e de um estatuto minoritário das crianças, que se exprime, do ponto de vista metodológico, na consideração do que as crianças dizem ou fazem.

Como afirmámos anteriormente, assistimos à defesa da criança como actor social também nos processos de pesquisa que lhes dizem respeito e, portanto, como um sujeito portador de direitos, o que implica necessariamente, por um lado, o reconhecimento da sua capacidade de influenciar o processo investigativo e, por outro, a exigência de desenvolver relações de investigação que acautelem princípios éticos e metodológicos que promovam e garantam os seus direitos.

A partir da análise das doze dissertações de mestrado, produzidas a partir de um quadro teórico ancorado na sociologia da Infância, pretendemos destacar, sobretudo, os aspectos epistemológicos, metodológicos e éticos que se encontram em jogo na investigação dos mundos sociais da infância.

No processo de elaboração destes trabalhos de investigação os seus autores tiveram em especial atenção a perspectiva de que as crianças são os sujeitos do conhecimento que se pretende caracterizar, e, ainda, a necessidade de desenvolver procedimentos que promovessem uma efectiva escuta da voz das crianças e fossem respeitadores da sua individualidade e diversidade, no quadro de uma reflexividade metodológica que recusasse o etnocentrismo adultocêntrico e valorizasse um trabalho hermenêutico e de tradução, entre adultos e crianças.

Como poderemos observar nas doze dissertações de mestrado aqui apresentadas, existe uma grande diversidade de visões, vozes e de metodologias utilizadas, que na nossa opinião, não é sinónimo de desordem ou caos metodológico, devendo sobretudo ser encarada como legítima expressão da própria complexidade e multidimensionalidade do estudo da infância e das crianças.

É importante aqui referir que não pretendemos criar um guia, ou manual de procedimentos metodológicos e éticos porque não se trata “de unificar o conhecimento, os

saberes e as práticas dos adultos e das crianças num *totalitarismo do pensamento* e/ou num *totalitarismo metodológico*” (Tomás, 2007:33), mas antes reflectir sobre as dificuldades sentidas no processo investigativo e as estratégias adoptadas para as superar.

Apresenta-se de seguida um quadro síntese dos objectivos e das metodologias utilizadas nos trabalhos analisados.

Quadro 2

Autores, Objectivos e Design Metodológico utilizados nas teses de mestrado

| Autores e objectivos da tese | Design metodológico |
|---|--|
| Susana Felgueiras - Caracterizar as representações que as crianças institucionalizadas possuem acerca do direito à família | Investigação qualitativa - Estudo de caso - Entrevista a crianças e adultos - Desenhos |
| Rute Paulino - Compreender sociologicamente o impacto da telenovela Morangos com Açúcar junto de crianças pequenas, analisando de que forma as crianças reapropriam as culturas juvenis na infância | Investigação qualitativa - Estudo de caso - Entrevistas com as crianças - Desenhos |
| António Rosa - Como é que os alunos, do Ensino Básico, caracterizam a avaliação no âmbito das aprendizagens e competências consideradas na sala de aula? | Investigação qualitativa - Estudo de caso - Entrevistas semi-estruturadas - Focus group |
| Rosa Carmona - Mapear as concepções das crianças sobre o Ambiente e os Direitos Ambientais | Investigação qualitativa - Estudo de caso - Task-based methods (Punch, 2002) - Conversas-debate |
| Cristina Teixeira - Compreender através das narrativas e saberes de três crianças deficientes mentais a forma como estas entendem e vivenciam os seus direitos | Investigação qualitativa - Estudo de caso - Observação - Entrevistas semi directivas - Desenhos - Trabalhos produzidos pelas crianças |
| Maria Inês Silva - Escutar e caracterizar os discursos das crianças sobre as questões das diferenças, a partir do contexto escolar | Investigação qualitativa de inspiração etnográfica - observação - entrevistas semi estruturadas |
| António Primo - Caracterizar as atitudes, imagens e concepções que as crianças do 2.º e 3.º Ciclo, de uma escola do Ensino Básico da Guarda têm face à deficiência mental e auditiva. | Investigação qualitativa de inspiração etnográfica - Diário de campo - Observação - Entrevistas-conversa |
| Vânia Nogueira - Compreender/conhecer e colocar em diálogo o significado do conceito de participação para adultos e crianças; | Investigação qualitativa de inspiração etnográfica - Observação participante; - Grupos de discussão com as crianças - Entrevistas aos professores |

| | |
|---|--|
| <p>Maria de Lurdes Sá - Caracterizar as práticas que as crianças desencadeiam para construir as suas relações de amizade</p> | <p>Investigação qualitativa de inspiração etnográfica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas-conversa com as crianças; - Observação participante; - Desenhos |
| <p>Diana Mota - Compreender de que forma as crianças com menos de doze anos são ouvidas e participam nos processos de promoção e protecção</p> | <p>Investigação qualitativa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas aos adultos responsáveis dos processos - Análise documental |
| <p>Teresa Graça - Considerar as representações das crianças acerca do lugar que entendem ser-lhes reservado na família como forma de repensar as relações entre a família e o JI.</p> | <p>Investigação qualitativa - Metodologia diferenciada:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Etnográfica (observação directa, participante e não estruturada). - Participativa (diálogos informais com as crianças; registos gráficos individuais ou colectivos; entrevistas aos pais; fotografias |
| <p>Maria João Pereira - Dar voz a um grupo de crianças que vive no bairro social, para conhecer as representações que fazem da infância no local onde vivem</p> | <p>Investigação qualitativa – Participativa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas individuais e de grupo; - Registo fotográfico; - Desenhos; - Observação participante |

Como podemos observar da análise das dissertações de mestrado, no que diz respeito às opções metodológicas, há um indicador comum a todas, que é o facto de se inscreverem num paradigma qualitativo. Dentro deste podemos encontrar possibilidades metodológicas distintas, sendo as mais representativas os estudos de caso, tendo cinco dos trabalhos desenvolvidos recorrido a eles, seguindo-se, como segunda opção mais representativa as abordagens etnográficas, tendo quatro dos trabalhos feito essa opção metodológica. Finalmente de referir, com menos incidência a utilização de metodologias de análise documental (um trabalho), participativas (um trabalho) e compósitas (um trabalho).

Um aspecto que consideramos muito relevante nesta análise dos métodos e técnicas utilizados tem a ver com o facto de se verificar, em todos os trabalhos analisados, um ênfase no pluralismo metodológico, uma vez que estamos conscientes de que não havendo um papel universalmente aceite das crianças na investigação, também não poderá haver métodos ou técnicas ideais para o envolvimento das crianças na pesquisa, exigindo-se ao investigador uma atitude de permanente reflexividade no sentido de fazer ajustamento entre os participantes na pesquisa e os métodos e técnicas possíveis.

Da caracterização das dinâmicas de investigação das dissertações em análise, constata-se que todas elas utilizaram duas ou mais técnicas, de entre as quais se salienta a utilização das entrevistas em nove dissertações como técnica mais persistente; a observação, sendo utilizada

em sete das investigações realizadas; os desenhos, utilizados em seis; o *focus group* em quatro, as *task-based methods* (Punch, 2002a), os trabalhos produzidos pelas crianças (ex. jornais, exposições de trabalhos, livro), a análise documental e as fotografias; as entrevistas a adultos, em quatro casos; outras metodologias visuais como por exemplo a fotografia, em dois casos.

Questões éticas

As discussões sobre ética na investigação com crianças têm sido um ponto forte na última década, tendo o cenário evoluído desde uma ausência de cuidados a uma discussão profícua, que envolve aspectos que vão desde a consideração de princípios e códigos éticos a serem acutelados, até aspectos mais complexos como o são, por exemplo, o questionamento das relações de poder e de estatuto que inevitavelmente se colocam entre adultos e crianças e as suas implicações na produção de conhecimento.

A propósito dos primeiros Small (2001, *cit in* Gallagher, 2009: 13), defende que, sendo importantes “*não nos ajudam a compreender como é que as decisões éticas são tomadas nos contextos específicos*”, dada a diversidade que decorre dos mesmos. O caminho passará, então, por desenvolver um conjunto de pressupostos éticos estratégicos que permitam ao investigador a flexibilidade para enfrentar as variadas circunstâncias que pode descobrir durante a investigação.

A propósito dos segundos, as questões de poder e estatuto, a questão é mais complexa, uma vez que concordamos com Morrow e Richards quando referem que “*o maior desafio ético para os investigadores que trabalham com crianças é a disparidade de poder e estatuto entre adultos e crianças*” (1996:98).

A investigação com crianças é influenciada pelas questões de poder e estatuto, de uma forma mais incisiva do que com outros grupos geracionais, defendendo Kirk (2007) de que sendo a forma como o adulto assume o controlo dos processos nas relações com as crianças e jovens reveladora de relações de poder desiguais, ela é replicada/duplicada nos processos de investigação (Harden *et al.*, 2000b; Morrow e Richards, 1996; Harden *et al.*, 2000b; Punch, 2002b). Para minimizar o impacto destas relações desiguais será fundamental ter uma cautela ético-metodológica a propósito, por exemplo, das possibilidades que as crianças sentem ter para recusar participar num estudo, para abandonarem a investigação ou ainda para darem as suas próprias opiniões e partilhar experiências com os pesquisadores adultos (McCrum e Bernal, 1994).

Será, ainda, fundamental considerar que as relações que se desenvolvem ao longo dos processos de pesquisa dependem de um conjunto extremamente diversificado de factores, como são as questões etárias e de género, as experiências das crianças; o seu *background* sociocultural, e ainda, as próprias questões e contexto de investigação, que são configuradores de uma complexidade acentuada das dinâmicas e relações de pesquisa.

As pesquisas de que temos vindo a falar confrontaram-se com algumas das questões que aqui fomos enunciando, assumindo-se o seu questionamento como um contributo para renovadas formas de construir relações de pesquisa cada vez mais acuteladas eticamente. Identificamos, por exemplo, o cuidado que houve em todos os trabalhos de proceder à explicitação, a todos os actores envolvidos, dos objectivos dos trabalhos de investigação, considerando que é este um passo fundamental de forma a construir uma ética democrática na investigação.

Considerou-se sempre que as crianças e os adultos envolvidos na investigação tinham que ser informados acerca dos objectivos e da natureza da investigação, dos métodos, do *timing* e dos resultados. Tentamos desta forma respeitar um princípio ético fundamental relacionado com o consentimento informado destes sujeitos.

Apesar deste cuidado, temos que reconhecer que a questão do consentimento é uma questão complexa. Dingwall (1980) defende que é imprescindível considerar uma hierarquia de consentimentos, uma complexidade de escolhas e de constrangimentos situacionais, códigos de conduta que envolvem certas expectativas mútuas, os quais exigem uma constante reflexividade.

Não será, ainda, despiciendo considerar que o consentimento informado é um conceito jurídico ocidental, com uma carga de pressupostos ocidentais sobre a capacidade de agir (*agency*) e a autonomia e sancionada por concepções ocidentais de direitos (Tomás, 2007), que por vezes não conseguem abarcar a diversidade que caracteriza a diversidade da infância. Consideramos pertinente a proposta de Ferreira (2010) quando defende a substituição do conceito consentimento informado pelo de assentimento, que considera que são “processos em curso para obter a permissão das crianças a fim da sua observabilidade ser por elas aceite” (2010:176).

Defende que este conceito é mais apropriado quando se estudam crianças pequenas, uma vez que “os problemas são saber até que ponto a sua permissão é ou não devidamente informada e, ainda, até que ponto ela é voluntária (...) talvez seja mais produtivo falar em assentimento para significar que, enquanto actores sociais, mesmo podendo ter um entendimento lacunar, impreciso e superficial acerca da pesquisa, elas são, apesar disso,

capazes de decidir acerca da permissão ou não da sua observabilidade e participação, evidenciando assim a sua agência” (2010: 162-164).

Em todas as dissertações de mestrado aqui analisadas os protocolos, tal como os procedimentos, não foram fixos, mas permanentemente activos e renegociados, e foram consideradas as características das crianças, dos professores e outros adultos e dos quotidianos onde se desenvolveu a investigação.

Tal como afirma Cocks (2006: 254-25) a sociologia da infância necessita repensar os conceitos de “agência” e de “competência”, advogando a necessidade de incorporar àqueles conceitos a incompetência, a dependência, a imaturidade e a incompletude que são inerentes à ambiguidade ontológica e necessários para compreender alguns dos desassossegos que se colocam nas pesquisas. E a esse propósito partilhamos as questões que se colocaram às pesquisas, nomeadamente nas realizadas com crianças deficientes (Silva, 2008; Primo, 2009; Teixeira, 2010). As primeiras e principais dificuldades que surgiram prenderam-se com a questão da linguagem das crianças com espectro autista, surdas ou com doença mental e a sua compreensão pelos investigadores e, conseqüentemente, na explicitação dos objectivos da dissertação e na sua inteligibilidade pelas crianças. Colocaram-se, também, na tradução do que são as suas “vozes” pelos investigadores, de forma a não as deturpar e para que correspondessem ao que realmente as crianças queriam dizer.

Um dos aspectos que os investigadores tentaram sempre manter nas relações de investigação foi uma postura reflexiva e de diálogo permanente, tanto com as crianças como com os adultos que trabalham directamente com elas (professores e técnicos) com o objectivo de ultrapassar essas dificuldades e limites. Tais dificuldades iam desde as diversas, mas limitadas formas de expressão oral e de outras competências que as crianças participantes do estudo não tinham, ou então, que, pelo contrário, dominavam e o investigador não, como, por exemplo, a utilização da língua gestual (Primo, 2009).

Nesta investigação em concreto, foi necessário, por exemplo, desenvolver com o investigador uma atitude permanente de desconstrução de ideias pré-concebidas sobre estas crianças, bem como a rejeição de um conceito homogéneo, biológico e medicalizado de deficiência. Foi ainda necessário adoptar formas de trabalho colaborativo com os outros adultos (professores, técnicos e pais) e com o grupo de pares, o que implicou, como referimos anteriormente, uma imaginação metodológica e uma flexibilidade e abertura a novas e possíveis formas de comunicar com estas crianças, (utilização do computador, observação, trabalhos realizados pelas crianças, materiais específicos que os técnicos utilizavam, etc.).

O papel do investigador

A investigação tem de ter em conta o papel das crianças e dos adultos significativos que as rodeiam, na análise e revisão dos métodos e objectivos da mesma investigação.

È consensual na sociologia da infância que devem ser eliminadas as formas subliminares de influência ou de cooptação das crianças para opiniões ou decisões fundadas na vontade do investigador e valorizada a iniciativa autónoma dos sujeitos co-participantes. No entanto, é importante aqui considerar a necessidade de ultrapassar os factores de subversão, manipulação e controlo, nomeadamente, o facto de não partir de uma visão idílica ou ingénua de ausência de poderes e de saberes entre investigadores e crianças. Uma das formas para o combate contínuo e reflexivo às atitudes adultocêntricas é a negociação, o confronto permanente e sistemático e os *compromissos actualizáveis* dos dados que se vão obtendo (Tomás, 2007).

Da análise dos dados a partir deste confronto podemos destacar algumas nuances interessantes a propósito dos papéis assumidos por adultos e crianças nesse processo.

Uma primeira nuance tem a ver com a sobreposição de papéis assumidos pelos investigadores. O facto de um significativo número de investigações ter sido desenvolvido por professores, que na altura da investigação assumiram o duplo papel de investigadores e professores, levanta-nos alguns questionamentos: poderá esta sobreposição de papéis “aumentar” a tendência para assumir posturas adultocêntricas e baseados em paradigmas bio-psicológicos da criança? Como resolveram, ou não, estes investigadores estas questões?

Alguns investigadores optaram por não realizar a investigação com a sua turma (Primo, 2009; Rosa, 2009) considerando que os dilemas que se colocavam, sobretudo os temas em estudo, eram demasiados, optando assim por fazer com outros grupos. Contudo, outros decidiram assumir esse desafio. Na investigação de Carmona (2009) e Graça (2009), as autoras para além de explicitar junto das crianças envolvidas na pesquisa, que eram também seus alunos, o trabalho que estavam a desenvolver e o tipo de participação que esperavam dessas mesmas crianças para alcançar os objectivos do referido trabalho.

A este propósito refere Graça (2009), num contínuo esforço de reflexão sobre a sua condição de educadora e investigadora que “apraz-me verificar que o estudo que efectuo, não se confina ao papel, perigo que eu tanto temia. Ainda antes de o terminar, dou por mim a engendrar formas que pretendo cada vez mais inovadoras de fazer chegar aos pais a

competência inequívoca dos filhos, numa fase que já nada tem a ver com a da geração de dados do presente trabalho, levada a cabo há um ano atrás.” (idem: 66)

As preocupações durante a análise dos dados e redacção da dissertação em reflectir acerca do seu posicionamento à medida que ia avançando na análise, adoptando uma postura de constante reflexividade também acerca do seu papel e estatuto e as dificuldades que ia sentindo para acautelar a sobreposição do seu papel enquanto educadora/professora e investigadora, assume-se como uma mais-valia, quer para a educadora, quer para a investigadora, quer ainda para as crianças, no sentido de reflectir e avançar criticamente na acção pedagógica e na construção de conhecimento implicado e criterioso. A sobreposição de papéis, é desta forma uma mais-valia e não um constrangimento, quer para a acção pedagógica, quer para a investigação com crianças.

Finalmente, e ainda a propósito da ambiguidade de que se reveste o papel do investigador num contexto educativo, apresentamos um episódio vivenciado por Silva (2008), quando opta por permanecer no recreio junto das crianças e não se junta ao grupo dos adultos, os professores, durante o intervalo.

“Logo chegou a hora do recreio. Foram todos lá para fora. A professora me chamou para tomar café na sala dos professores. Eu disse que não iria por que queria estar com os meninos na hora do recreio. Senti que ela achou estranho.” (Silva, 2008: 55)

Face à opção da investigadora de não frequentar o espaço destinados aos adultos-professores não lhe foi permitido observar algumas salas de aula onde essas crianças estavam integradas, o que nos devolve a exigência, de na pesquisa com crianças, sendo coerente com o nosso posicionamento ético e com as dinâmicas da investigação, acautelarmos, também, as relações com os adultos envolvidos de forma a que eles não se sintam, por um lado, ameaçados no desempenho das suas funções e, por outro lado, compreendam os objectivos da investigação e se sintam envolvidos.

Uma segunda nuance tem a ver com o protagonismo assumido pelas crianças no processo de investigação. Algumas investigações (Graça, 2009; Pereira, 2011) foram reveladoras de dinâmicas que vão de encontro ao defendido por Gallacher & Gallaguer (2008) de que “não é suficiente desenvolver uma pesquisa *em* ou *sobre* a infância; pesquisadores da infância devem pesquisar *para* e *com* crianças (...). Já não é simplesmente suficiente reposicionar as crianças como sujeitos – em vez objectos - de pesquisa; as crianças devem ser

envolvidas como participantes no processo de pesquisa, se não como pesquisadores em si” [tradução própria].

Na pesquisa de Carmona (2008) as crianças propõem a realização de um conjunto de actividades, para além das entrevistas-conversa sobre as questões dos direitos ambientais. Preocupadas com uma situação de poluição que acontecia perto do local onde vivem propuseram visitar o local, tirar fotografias e fazer um livro para entregar ao presidente da câmara como forma de denunciar a situação. Na pesquisa de Graça (2009), as crianças sugerem que sejam feitas entrevistas aos pais e constroem, com a ajuda da pesquisadora um roteiro de entrevista e fazem elas mesmas as entrevistas aos pais em casa. Na pesquisa de Pereira (2011) são as crianças a sugerir e a fazer um documentário em vídeo sobre o que é um bairro social e como é que é a infância nesse espaço. Nos três exemplos, o papel clássico do investigador é desafiado pelo protagonismo que as crianças assumem no processo, o que se traduz numa riqueza assinalável em termos de produção de conhecimento significativo e o reconhecimento de diferentes saberes, dos investigadores e das crianças.

Uma terceira nuance tem a ver com o papel comprometido que o investigador assume ou não na pesquisa, aspecto que se insere numa discussão mais ampla sobre se a ciência tem que ser neutra ou comprometida/pública (Santos, 2007).

Nas dissertações analisadas, destacamos para esta análise o trabalho de Silva (2008), Teixeira (2010) e Pereira (2011).

Silva (2008) face à observação de situações de exclusão vivenciadas por crianças com espectro autista optou por discutir estas situações na redacção da tese. No final, uma cópia do trabalho foi entregue na escola e alvo de apresentação e discussão dos resultados.

Teixeira (2010) deparou-se com o dilema das narrativas de três meninas com deficiência mental moderada, ignoradas sistematicamente ao longo de anos pelos adultos, por serem crianças e por serem deficientes. Face às suas descrições de mau trato contínuo (violações, fome, negligência alimentar e de saúde, assassinato da mãe), a investigadora optou não só pela transcrição *ipsis verbis* dos seus discursos, mesmo sendo difíceis de entender, não serem lineares ou coerentes, e utilizando uma linguagem “crua e pormenorizada” desses abusos mas também por procurar familiares próximas das crianças e das autoridades competentes com o objectivo de alguma medida de protecção das crianças fosse tomada.

Pereira (2011), no decorrer da investigação com crianças que moram num bairro social, faz uma opção metodológica, no sentido de que o trabalho de investigação seja também uma ferramenta de intervenção, tendo como ponto de partida a voz activa das crianças. Refere a autora que “a partir das suas representações torna-se possível pensar a

intervenção no Bairro, tentando colmatar carências e preenchendo necessidades, aumentando a sua qualidade de vida, melhorando as suas expectativas de vida, reforçando competências individuais e colectivas, aumentando a auto-estima e melhorando os níveis de ocupação” (idem: 34). É com as crianças que se faz a identificação dos espaços e das relações que caracterizam a vida no bairro, para pensar também com elas as possibilidades de reconfigurar a infância em contextos de exclusão.

Nestas teses, as investigadoras assumem uma concepção de ciência que sendo objectiva não é neutral, mas sim comprometida. Ao optarem por um paradigma crítico de investigação as autoras sustentam uma concepção de infância, simultaneamente, como construção histórica, um grupo social oprimido e uma “condição social” – como um grupo que vive condições especiais de exclusão. Deste ponto de vista, um trabalho de investigação com crianças assume-se também como um momento de enfrentamento de situações que acarretem para as mesmas limitações no exercício dos seus direitos.

Considerações finais

A investigação com crianças tem feito um percurso significativo na última década em Portugal, sobretudo as investigações desenvolvidas a partir da sociologia da infância. Assistimos, nas últimas duas décadas, pelo seu contributo, ao surgimento de um novo léxico metodológico e ético na investigação com crianças, aspecto que não é alheio ao conjunto de ideias que foram sendo discutidas ao longo deste texto, que sustentam o paradigma que defende que o conhecimento também deve ser construído e partilhado com as crianças.

Este texto, a partir dos dilemas que surgiram nas investigações, discute o processo investigativo, nomeadamente a necessidade de adoptar uma postura reflexiva permanente e a adopção de designs metodológicos que possibilitem enfrentar os dilemas que se levantam, quer a propósito dos papéis assumidos pelos investigadores, quer a propósito da promoção do protagonismo das crianças no processo de investigação, com base na partilha e no reconhecimento de saberes entre adultos e crianças; quer, finalmente, a propósito do papel comprometido que o investigador pode assumir na defesa dos direitos das crianças.

A discussão destes aspectos contribui, na nossa opinião, para fortalecer outras formas de fazer investigação sobre os mundos sociais e culturais das crianças, que têm vindo a ser desenvolvidos nos últimos anos em Portugal, e que pretendem, fundamentalmente construir espaços na pesquisa que sejam mais genuínos, democráticos e éticos.

Esta tentativa, por si só, é já uma contra-tendência face ao que Becker denominou por reacção fetichista (1967), ou seja, a tendência de alguns investigadores e correntes científicas

permanecerem ancorados a “velhas teorias” que não explicam “novos fenómenos” (Soares *et. al*, 2006). Considerámos, que neste início de século, se encontram esgotadas as clássicas formas de entender as crianças, sendo fundamental redefinir paradigmas, métodos, técnicas e estratégias, para reconfigurar ao conhecimento que se foi acumulando sobre as crianças ao longo do século passado, novas nuances. Somente desta forma poderemos alcançar a ideia defendida por Santos (2007) de que não há justiça social global sem justiça cognitiva global.

No caso da investigação com crianças, a proposta que aqui deixámos reafirma e demonstra não só a importância de envolver estes sujeitos na construção de conhecimento acerca de si mesmo e dos seus mundos mas também reconhece modos alternativos de pensamento e acção investigativa com a infância. Talvez seja este um dos caminhos possíveis que nos permita pensar numa sociedade e numa ciência mais democráticas.

Referências bibliográficas

- Alderson, P. (1995). *Listening to Children: Children, Ethics and Social Research*. Barking: Barnado's.
- Alderson, P. & Morrow, V. (2003). *Ethics, Social Research and Consulting with Children and Young People*. Londres: Barnado's.
- Alderson, P. & Morrow, V. (2011). *The Ethics of Research with Children and Young People. A Practical Handbook*. London: Sage.
- Boyden, J & Ennew, J. (1997). *Children in Focus: A Manual for Participatory Research with Children*. Stockholm: Radda Barnen.
- Carmona, R. (2009). *Educação, Infância e Ambiente: os Saberes das Crianças sobre os Direitos Ambientais*. Tese de Mestrado. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Christensen, P. & James, A. (2000). *Research with Children*. Londres: Falmer Press.
- Christensen, P. & Prout, A. (2002). Working with ethical symmetry in social research with children. *Childhood*, 9 (4), pp. 477-497.
- Cocks, A. (2006). The ethical maze: finding an inclusive path towards gaining children's agreement to research participation, *Childhood*, vol. 13 (2), pp.247-266.
- Dingwall, R. (1980). Ethics and Ethnography, *Sociological Review*, 28(4), pp. 871-891
- Felgueiras, S. (2011). *Crianças Institucionalizadas: Representações sobre o direito à família*. Tese de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- Fernandes, N. (2009). *Infância, Direitos e Poder. Representações, Práticas e Poderes*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ferreira, M. & Sarmento, M. (2008). Subjectividade e bem-estar das crianças: (In)visibilidade e voz. *Revista Eletrônica de Educação – Revista Bilingue do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de S. Carlos*, 28(2).
- Ferreira, M. (2002). "Crescer e aparecer" ou ... para uma Sociologia da Infância. *Educação Sociedade & Culturas*, (17), pp.3-12.
- Ferreira, M. (2010). “- Ela é a nossa prisioneira!” - Questões teóricas, epistemológicas e ético-metodológicas a propósito dos processos de obtenção da permissão das crianças pequenas numa pesquisa etnográfica. *Revista Reflexão e Acção – Revista do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação e Mestrado da UNISC*, 18(2), pp. 151-182.
- Gallagher, M. (2009). Ethics. In Kay Tisdall, John Davis & Michael Gallagher (ed.) *Researching with children and young people: research design, methods and analysis* (pp.11-64), London, Sage Publications.

- Gallacher, L. & Gallaguer, M. (2008). Methodological Immaturity in childhood research? Thinking through “participatory methods”. *Childhood*, 15(4), pp.499-516.
- Graça, T. (2009). Contextos Familiares e o Lugar da Infância: Concepções e Imagens. Tese de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- Kesby, M. (2000). ‘Participatory diagramming: deploying qualitative methods through an action research epistemology’. *Area*, 32(4), pp. 423-435.
- Kirk, S. (2007). Methodological and ethical issues in conducting qualitative research with children and young people: a literature review. *International Journal of Nursing Studies*, 44, pp.1250-1260.
- Kjørholt, A. (2005). Child research towards 2015: A Global Scenario, in *Proceedings of the Childwatch International Key Institutions Assembly*, Hurdal, Norway, 25-28 June.
- Laws, S. & Mann, G. (2004). *So You Want to Involve Children in Research? A toolkit supporting children’s meaningful and ethical participation in research relating to violence against children*. Suécia: Save the Children.
- McCrum, S. & Bernal, P. (1994). *Interviewing children: A training pack for journalists*. Devon, Reino Unido: Children’s Voices.
- Morrow, V, Richards, M. (1996), The ethics of social research with children: an overview. *Children & Society*, nº10 (2), pp. 90-105.
- Mota, D. (2009). A Participação das Crianças nos processos de promoção e Protecção – Estudo de caso numa CPCJ. Tese de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- Nogueira, V. (2009). Participação: um direito declarado e (a)guardado –os direitos de participação da criança a partir das vozes das crianças e adultos . Tese de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- Pais, J. (2008). Quotidiano e reflexividade. Em Anália Torres e Luís Baptista (orgs.). *Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção* (pp.241-242). Porto: Edições Afrontamento.
- Paulino, R. (2008). “Os Morangos com Açúcar é a vida a fingir” - Retratos e Impactos da Telenovela no Jardim de Infância. Tese de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- Pereira, M. (2011). Modos de ser criança num bairro social. Tese de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- Primo, A. (2009). Reconhecimento das diferenças: Análise das interacções sociais entre pares”. Tese de Mestrado. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Punch, S. (2002a). Research with children. The same or different from research with adults?, *Childhood*, 9(3), pp.321-341.
- Punch, S. (2002b). Interviewing Strategies with Young People: the “Secret Box”. Stimulus Material and Task-based Activities», *Children&Society*, 16, pp.45-56.
- Rosa, A. (2009). Saberes sobre a Avaliação. Contributos Colaborativa a partir do Ofício de Aluno”. Tese de Mestrado. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Sá, M. (2009). “Para brincar...brincar...brincar muito...brincar sempre” (Bea, 4 anos) - As representações e as Práticas das crianças sobre a Amizade. Tese de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- Santos, B. (2007). Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, pp. 3-46.
- Sarmiento, M. (2008). “Estudos da Criança” como campo interdisciplinar de investigação e conhecimento. *Interações*, 10, pp.1-5.
- Silva, I. (2008). *Mas eu não sou um Menino Igual aos Outros. As Diferenças no Contexto Escolar: Uma Leitura à Luz da Sociologia da Infância*”. Tese de Mestrado. Porto: Universidade do Porto.
- Soares, N. (2006). A investigação participativa no grupo social da infância. *Currículo Sem Fronteiras*, v.6, n.1, pp.25-40.
- Soares, N.; Sarmiento, M. & Tomás, C. (2005). Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. *Nuances. Estudos sobre Educação*, 12(13), pp. 50-64.
- Teixeira, C. (2010). A face oculta da deficiência mental: Narrativas sobre os direitos das crianças. Uma análise a partir da sociologia da infância. Tese de Mestrado. Porto: Universidade do Porto.
- Thomas, N. & O’Kane, C. (1998). The Ethics of Participatory Research with Children. *Children and Society*, 12(5), pp. 336–48.

Tomás, C. (2007). *Há muitos mundos no mundo... Direitos das Crianças, Cosmopolitismo Infantil e Movimentos Sociais de Crianças. Diálogos entre crianças de Portugal e do Brasil*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.

Tomás, C. (2008). A investigação sociológica com crianças: caminhos, fronteiras e travessias. Em Lucia Rabello de Castro e Vera Lopes Besset (orgs.). *Pesquisa-intervenção na Infância e Juventude* (pp. 387-408). Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ.